

BASE LEGAL

NORMATIVAS PRINCIPAIS PARA CRIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

LEIS

[Constituição Federativa do Brasil de 1988.](#)

[Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.](#) Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

[Lei nº. 13.005 de 25 de junho de 2014.](#) Plano Nacional de Educação.

[Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008](#) - Dispõe sobre o estágio de estudantes.

[Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999.](#) Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

[Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008.](#) Incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

[Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.](#) Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

[Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003.](#) Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Alterada pela Lei nº. 14.423, de 22 de julho de 2022.

[Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.](#) Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

[Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.](#) Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

[Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015.](#) Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

[Lei nº. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.](#) Institui reserva de vagas para pessoas com deficiência.

[Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.](#) Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

DECRETOS

Decreto nº. 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. Específico para Licenciaturas.

Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa (com) Deficiência.

Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INEP

Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância de 2017.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

CONAES

Resolução CONAES nº. 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÕES

Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação. Composto por resoluções e pareceres específicos por curso.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>

Resolução CNE/CP nº. 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

Resolução CNE/CP nº. 1, de 7 de janeiro de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas.

Resolução CNE/CES nº. 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES nº. 4, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CES nº. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

NORMAS INSTITUCIONAIS

- [Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA \(PDI/UFBA\)](#)
- [Projeto Pedagógico Institucional da UFBA \(PPI/UFBA\)](#)
- [Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação](#) 10/2024
- [Regimento Geral e Estatuto da UFBA](#) Atualizado em 08/04/2024

[Resolução CONSUNI nº. 01/2025](#). Regulamenta os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) no âmbito da Universidade Federal da Bahia.

[Resolução CEG nº. 03/1999](#). Regulamenta os Cursos de Graduação no turno noturno.

CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO - CAE

[Resolução CAE nº. 04, de 01 junho de 2011](#). Estabelece normas para o funcionamento dos cursos superiores de Licenciatura, relativos ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

[Resolução CAE nº. 01, de 16 fevereiro de 2011](#). Regulamenta procedimentos de criação, alteração e encerramento das Áreas de Concentração dos Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia, estabelece competências para a gestão educacional e administrativa das mesmas e dá outras providências.

[Resolução CAE nº. 01, de 1 de junho de 2016](#). Dispõe sobre normas para utilização das atividades extraclasse como complementação de carga horária dos componentes curriculares dos cursos presenciais da UFBA para o ano letivo 2016.

[Resolução CAE nº. 05, de 21 de dezembro de 2016](#). Altera a vigência da Resolução 01/2016 de 01 de junho de 2016.

[Resolução CAE nº. 02, de 18 de setembro de 2019](#). Dispõe sobre a regulamentação de Cursos de Graduação ofertados na modalidade Educação a Distância, denominados de cursos de oferta eventual, pela Universidade Federal da Bahia.

[Resolução CAE nº. 03, de 13 de novembro de 2019](#) (incorporadas as modificações determinadas pela Resolução CAE nº 04/2020). Dispõe sobre o ordenamento administrativo dos processos acadêmicos de criação, reestruturação, alteração curricular isolada e extinção dos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu.

[Resolução CAE nº. 09, de 02 de dezembro de 2020](#). Dispõe sobre a carga horária máxima dos cursos de graduação da UFBA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

NORMAS INSTITUCIONAIS

Resolução CAE nº. 06, de 04 de maio de 2022. Regulamenta a oferta de carga horária em componentes curriculares na modalidade Educação a Distância nos cursos de graduação presenciais na UFBA.

Resolução nº. 12, de 14 de dezembro de 2022. Regulamenta o processo de migração de estudante de graduação e pós-graduação, em 2023.1, para matriz curricular padronizada em unidade de carga horária de 15 horas e dá outras providências.

Resolução CAE nº. 04, de 31 de maio de 2023. Estabelece normas para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação da UFBA, em consonância com as Resoluções Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº. 01/2004, nº. 01/2012 e nº. 02/2012.

Resolução CAE nº. 03, de 03 maio de 2023. Regulamenta a integralização curricular de estudante de graduação, em 2023.1, após padronização de unidade de carga horária de 15 horas e dá outras providências.

Resolução CAE nº. 02, de 17 de abril de 2024. Altera a Resolução nº 03/2023 que regulamenta a integralização curricular de estudante de graduação, em 2023.1, após padronização de unidade de carga horária de 15 horas e dá outras providências.

Instrução Normativa CAE n.º. 03, 17 de novembro de 2021. Dispõe sobre processos de criação, reestruturação ou alteração curricular isolada dos cursos de graduação da UFBA, até a implementação do disposto na Resolução CONSEPE 02/2021

Instrução Normativa CAE n.º. 03, de 07 de dezembro de 2022. Dispõe sobre os processos de Reestruturação Curricular dos cursos de Licenciatura da UFBA entre os anos 2022 e 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

NORMAS INSTITUCIONAIS

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

[Resolução CONSEPE nº. 04, de 04 de dezembro de 2023](#). Dispõe sobre a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores(as) da Educação Básica da UFBA.

[Resolução CONSEPE nº. 02, de 22 de março de 2022](#). Regulamenta a inserção, o desenvolvimento e o registro das atividades de Extensão Universitária nos currículos dos cursos de Graduação da UFBA.

[Resolução CONSEPE nº 02, 07 de outubro de 2021](#). Altera os §§ 3º e 4º do Art. 8º da Resolução nº 05/03 e dá outras providências.

[Resolução CONSEPE nº 02, de 04 de agosto de 2020](#). Regulamenta a atuação das Ligas Acadêmicas na UFBA.

[Resolução CONSEPE nº 01, de 25 de fevereiro de 2013](#). Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia.

[Resolução CONSEPE nº 02, 27 de julho de 2009](#). Estabelece a padronização dos módulos dos componentes curriculares dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia.

[Resolução CONSEPE nº 04, 23 de julho de 2008](#). Regulamenta o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia na UFBA.

[Resolução CONSEPE nº 03, 23 de julho de 2008](#). Regulamenta a organização e o funcionamento dos Bacharelados Interdisciplinares.

[Resolução CONSEPE nº 02, 01 de junho de 2008](#). Estabelece definições, princípios, modalidades, critérios e padrões para organização dos cursos de graduação da UFBA.

Documentos de Conselhos de Classe, se houver. E outras normas legais que forem pertinentes.